

Sob Bolsonaro, Abin fez monitoramentos ilegais

Agência usou irregularmente programa que rastreia celulares. Alvos da espionagem seriam desafetos do ex-presidente

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal deflagrou, ontem, uma operação para desmontar um esquema de vigilância paralela, que, de acordo com as investigações, foi usado no governo de Jair Bolsonaro para, supostamente, bisbilhotar servidores públicos, jornalistas e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Na mira da arapongagem, feita pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e à margem de autorizações judiciais, estariam desafetos e adversários do ex-presidente.

A operação, batizada de Última Milha, refere-se ao software utilizado nas bisbilhotagens — o First Mile (Primeira Milha), de fabricação da empresa israelense Cognyte (ex-Verint) e capaz de espionar até 10 mil telefones celulares a cada 12 meses. O sistema detecta um indivíduo com base na localização de aparelhos que usam as redes 2G, 3G e 4G.

Além de vasculharem a sede da Abin, em Brasília, agentes fizeram buscas em endereços em São Paulo, Goiás, Paraná e Santa Catarina. As ordens foram expedidas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou, ainda, o afastamento de funcionários da agência.

Um deles é Paulo Maurício Fortunato Pinto, número 3 da Abin. Em abril, o Correio trouxe à tona suspeitas que envolviam seu nome (relembre este episódio no reportagem abaixo). Dois servidores foram presos e demitidos: Rodrigo Colli e Eduardo Arthur Izzyk, detidos no Distrito Federal. Outro alvo

Carolina Antunes/PR



Ramagem (D) dirigia a Abin no período em que o programa foi utilizado

Polícia Federal/Divulgação



Na casa de Fortunato, número 3 da Abin e afastado na operação, foram encontrados cerca de US\$ 172 mil

da operação foi o filho do general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo de Bolsonaro. Caio Cesar dos Santos Cruz era representante da fabricante do First Mile.

Em 2016, Izzyk foi palestrante na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre crimes cibernéticos, na Câmara dos Deputados. Atuou em investigações contra terrorismo eletrônico quando da visita do papa

Francisco ao Brasil, em 2013, e na Copa do Mundo de 2014. Trabalhou também na segurança da Olimpíada do Rio, em 2016.

De acordo com a PF, além do uso indevido do sistema, apurase a atuação de dois servidores (Colli e Izzyk) da agência que (...) teriam utilizado o conhecimento sobre o uso indevido do sistema como meio de coerção indireta para evitar a demissão.

Suspeitos

Os senhores governistas suspeitavam das ligações de Fortunato com o governo Bolsonaro. Ontem, em uma residência relacionada ao diretor, a PF encontrou aproximadamente US\$ 172 mil (R\$ 855 mil) em espécie.

Os alvos da bisbilhotagem eram advogados, servidores, jornalistas e ministros do Supremo, assim como juizes auxiliares. A arapongagem tentou fazer um cerco ao STF, com monitoramento em massa de quem circulava pela

Corte: foram mais de 33 mil acessos da localização telefônica dos alvos. Porém, apenas 1,8 mil dados das invasões que foram feitas, inclusive identificando os alvos, estão por ora nas mãos da PF.

O First Mile foi adquirido em 2018, no governo Michel Temer, por R\$ 6 milhões e sem licitação. Passou a operar quatro dias antes de Bolsonaro assumir a Presidência. O ex-presidente colocou o delegado federal Alexandre Ramagem — hoje deputado

federal pelo PL-RJ —, à frente da Abin, cujo cargo ocupou de 2019 a 2022. Ele foi escolhido por ter participado da equipe que fez a segurança de Bolsonaro, durante a campanha eleitoral de 2018 — e conquistou a confiança da família. Contra o parlamentar, porém, não pesa qualquer indicio de irregularidade.

A Abin afirmou que o First Mile foi utilizado até maio de 2021 e colabora com as investigações. (Com Agência Estado)

Em março, nomes indicados por Corrêa já sofriam restrições

» VINÍCIUS DORIA

A prisão de dois servidores da Agência Brasileira de Inteligência e o afastamento do diretor Paulo Maurício Fortunato Pinto é o prosseguimento da crise que começou em março, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou o delegado federal Luiz Fernando Corrêa para o comando da Abin. Ele esperou dois meses para ser sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional do Senado justamente porque parte do colegiado, incluindo o presidente, senador Renan Calheiros (MDB-AL), via com preocupação o fato de Corrêa ter indicado — antes mesmo de ter o nome analisado pelos parlamentares — dois nomes ligados ao governo Bolsonaro para cargos na cúpula da agência.

Como adiantou o Correio, em abril, a desconfiança recaía sobre o diretor-adjunto Alessandro Moretti, que foi secretário-executivo de Anderson Torres na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, entre 2018 e 2021. Torres, que havia sido ministro da Justiça com Bolsonaro, foi preso pela suspeita de participação nos atos golpistas de 8 de janeiro. O outro servidor que está no centro da crise é Fortunato, diretor do Departamento de Contrainteligência da Abin até 2008.

Corrêa foi sabatinado no Senado em 4 de maio, depois de um pedido feito por Lula a

Roque de Sá/Agência Senado



Corrêa com Renan na sabatina que levou dois meses para sair: garantia ao senador de indicações técnicas

Renan, na viagem que fizeram a Portugal, para que destravas-se a pauta. Após a aprovação, o senador publicou uma mensagem, nas redes sociais, esclarecendo que a competência do colegiado "se limita a sabatina o titular do cargo, não os adjuntos sobre os quais remanescem dúvidas". Já ali fazia um alerta sobre Fortunato e Moretti.

Perfil técnico

Na sabatina, Corrêa foi questionado por Renan sobre as nomeações. afirmou que ambos eram "técnicos de carreira". "Goza da confiança do presidente, jamais correria o risco de qualquer governo a uma situação, no mínimo, constrangedora de indicar alguém que não

tivesse status para a posição que estamos indicando", assegurou. "Não foi por falta de aviso", postou, ontem, Renan em suas redes sociais, após a confirmação do afastamento de Fortunato. "Alertei, inclusive na sabatina de Corrêa para Abin, sobre as dúvidas em torno dos dois diretores do órgão. Alessandro Moretti foi braço direito de Anderson Torres,

presos. Maurício Fortunato, afastado pelo STF, era suspeito de grampos ilegais em 2008", publicou o senador, que deve pedir à Polícia Federal (PF) acesso ao inquérito que apura as irregularidades.

No caso de Moretti, a corporação abriu, ainda em março, a pedido do ministro da Justiça, Flávio Dino, uma investigação sobre o uso de um software que permite

localizar e monitorar pessoas, em todo o país, a partir de telefones celulares. O First Mile consegue identificar a localização de aparelhos móveis e monitorar até 10 mil pessoas por ano.

Adquirido sem licitação pelo governo de Michel Temer, em 2018, por R\$ 6 milhões, o programa foi utilizado até 2021, sem nenhuma autorização judicial ou controle externo. Com a investigação, a PF espera identificar os responsáveis pelo monitoramento, quem foi investigado e os motivos.

A Controladoria Geral da União (CGU) também entrou no caso, por envolver servidores públicos em atos que podem acarretar sanções disciplinares. No Tribunal de Contas da União (TCU), a pedido do subprocurador-geral do Ministério Público junto à Corte, Lucas Furtado, foi aberta uma investigação sobre "flagrante desvio de finalidade" do uso de dinheiro público na aquisição do programa.

Para Renan, a atividade dos espões do governo brasileiro era de "semiclandestinidad, quase secreta". Na época, ele citou os atos de 8 de janeiro como exemplo da ineficiência dos serviços de espionagem.

Fontes do governo ouviram pelo Correio avaliam que as investigações da PF na Abin fragilizam a posição de Corrêa. Mas lembram que ele tem "a mais absoluta confiança do presidente (Lula)".

